

## **ATA NÚMERO UM**

### **DEFINIÇÃO DOS REQUISITOS E MÉTODOS DE SELEÇÃO**

#### **PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM COM VISTA À OCUPAÇÃO IMEDIATA DE UM POSTO DE TRABALHO, PARA A CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR, DA ÁREA DE ENGENHARIA BIOMÉDICA, PARA O GABINETE DE CIÊNCIAS E INOVAÇÃO (GCI), NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO**

Ao décimo quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e trinta minutos, nas instalações da Divisão de Gestão de Pessoas, sitas na Rua 7 de Junho de 1759, 2780-298 Oeiras, o Júri deliberou os requisitos de admissão, o perfil do candidato, os métodos de seleção, os parâmetros de avaliação e a respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção, os temas a abordar na prova de conhecimentos (1.º método de seleção), a grelha classificativa e a valoração final de cada método de seleção, na sequência da aprovação por despacho, de 10 de março de 2026, proferido pelo Sr. Vereador com o Pelouro dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Oeiras<sup>1</sup>, da abertura do presente procedimento concursal, que nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (doravante designada abreviadamente por LTFP), anexa à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, conjugado com o n.º 2 do artigo 27.º do mesmo diploma e com o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, é circunscrito a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

O Júri do Procedimento Concursal é composto por:

**Presidente:** Elisabete Baiôa Brigadeiro, Chefe do Gabinete de Ciências e Inovação;

**Vogais efetivos:**

**1.º Vogal:** Maria José Catarino Amândio, Coordenadora do Núcleo de Ciências e Sociedade;

---

<sup>1</sup> No exercício das competências subdelegadas por Despacho interno n.º 106/2025, de 15 de dezembro.

**2.º Vogal:** Sara Raquel Oliveira Faria, Técnica Superior da Divisão de Gestão de Pessoas;

**Vogais suplentes:**

**1.º Vogal:** Maria Serrano Pessoa Nobre Correia Nunes, Técnica Superior do Gabinete de Ciências e Inovação;

**2.º Vogal:** Rita Nunes de Sousa Ferreira, Técnica Superior da Divisão de Gestão de Pessoas.

Em caso de ausência ou impedimento do Presidente do Júri, este será substituído pelo 1.º Vogal Efetivo.

Entrando na ordem de trabalhos, o Júri deliberou por unanimidade o seguinte:

**1. Requisitos obrigatórios de admissão (eliminatórios):**

Os candidatos devem cumprir, rigorosa e cumulativamente, os requisitos gerais e específicos, até à data-limite para apresentação das candidaturas, sob pena de exclusão:

**1.1. Requisitos gerais:**

Constituem requisitos gerais os previstos no artigo 17.º da LTFP, a saber:

- a. Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição da República Portuguesa, por convenção internacional ou por lei especial;
- b. 18 anos de idade completos;
- c. Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d. Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e. Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**1.2. Requisitos específicos:**

Exigência de título profissional válido para o exercício da profissão de Engenheiro, nomeadamente a inscrição na respetiva Ordem Profissional (Ordem dos Engenheiros e Ordem dos Engenheiros Técnicos).

### **1.3. Nível habilitacional exigido:**

Licenciatura na área de Engenharia Biomédica, que corresponde ao ponto **5.2.4. Tecnologia dos Processos Químicos** da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF).

Pode apenas ser candidato quem seja titular do nível habilitacional, não sendo admitida a sua substituição por formação ou experiência profissional.

### **1.4. Vínculo de emprego público por tempo indeterminado:**

O procedimento é restrito a candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

### **1.5 Missão do Posto de trabalho:**

Conceber, desenvolver, acompanhar e monitorizar iniciativas estratégicas na área da Ciência, Educação e Sociedade, promovendo a articulação entre investigação científica, inovação, política pública e comunidade, contribuindo para a consolidação da ciência como eixo estruturante da identidade e desenvolvimento do território.

### **1.6 Perfil do candidato/caracterização do posto de trabalho:**

Exercer as atividades inerentes à carreira de Técnico Superior, nos termos do mapa anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, correspondente ao grau de complexidade 3, compreendendo as seguintes funções e competências:

#### **Divulgação Científica e Ensino Experimental**

- Acompanhar e apoiar as atividades do Cluster Ciências da Vida, nomeadamente projetos com aplicação de tecnologias e investigação científica na área da saúde;
- Conceber e/ou apoiar programas de divulgação científica dirigidos à comunidade, universidades, centros de investigação e empresas;
- Promover o ensino experimental das ciências nas escolas do concelho, dinamizando redes de clubes de ciência e espaços de experimentação;

- Desenvolver iniciativas que reforcem a literacia científica, o pensamento crítico e o acesso ao conhecimento científico no território.

#### **Envolvimento da Comunidade e Ciência Cidadã**

- Conceber e dinamizar programas de ciência cidadã;
- Mobilizar cidadãos, instituições científicas e parceiros estratégicos;
- Promover a participação informada da comunidade em iniciativas científicas com impacto local.

#### **Acompanhamento e Gestão de Projetos**

- Assegurar a gestão técnica de projetos e iniciativas âncora na área da Ciência e Inovação;
- Garantir a articulação com parceiros institucionais e unidades orgânicas;
- Monitorizar execução física e financeira das iniciativas;
- Acompanhar a implementação de programas no âmbito da Ciência, Educação e Sociedade, incluindo articulação com o programa Oeiras Educa.

#### **Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão**

- Apoiar o/a dirigente na preparação das GOP e do PDE;
- Monitorizar indicadores estratégicos e operacionais;
- Recolher, sistematizar e analisar dados de gestão;
- Elaborar relatórios técnicos e documentos de suporte à decisão;
- Assegurar procedimentos de contratação pública relacionados com as atividades da unidade;
- Acompanhar contratos vigentes.

#### **Perfil Técnico**

O candidato deverá evidenciar:

- Conhecimentos na área das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação;
- Capacidade de gestão e monitorização de projetos;
- Competências de análise de indicadores e produção de relatórios;
- Conhecimentos de contratação pública aplicável às autarquias locais;
- Domínio de ferramentas digitais de análise e gestão.

### **Competências Comportamentais**

- Orientação para o serviço público
- Gestão do conhecimento
- Orientação para a colaboração
- Análise crítica e resolução de problemas
- Iniciativa
- Comunicação
- Orientação para resultados

### **2. Métodos de Seleção**

Atendendo ao disposto nos artigos 17.º e 18.º da Portaria, foram aprovados os métodos de seleção obrigatórios e facultativos, infra identificados, a adotar e aplicar aos candidatos, que não se encontrem a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, ou encontrando-se em situação de requalificação, não tenham estado, imediatamente antes, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, de acordo com a seguinte ponderação:

#### **Obrigatório:**

Prova de Conhecimentos: ponderação de 70%.

#### **Facultativo:**

Entrevista de Avaliação de Competências: ponderação de 30%.

**2.1. A Prova de Conhecimentos** visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa, tendo o Júri deliberado que a mesma será teórica, de forma escrita, constituída por uma parte de conhecimentos gerais e uma parte de conhecimentos específicos, **sem consulta**, a realizar em data e local a comunicar oportunamente, valorada mediante uma escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

A prova de conhecimentos é composta por **20 (vinte) perguntas de escolha múltipla**, sendo 5 (cinco) referentes a conhecimentos gerais e 15 (quinze) referentes a conhecimento específicos, com a cotação individual de 1 (um) valor.

A **Prova de Conhecimentos** é composta por 20 perguntas de escolha múltipla, com a cotação individual de 1 valor (num total de 20 valores).

A **prova de conhecimentos** na sua **área de conhecimentos gerais** é composta por 5 perguntas de escolha múltipla, com a cotação individual de 1 valor (num total de 5 valores).

#### **Legislação e bibliografia geral:**

- **Regulamento n.º 1304/2024, de 14 de novembro**, que aprova o Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, alterado pelo Despacho n.º 4238/2026, de 31 de março;
- **Regulamento n.º 1249/2025, de 26 de novembro**, que aprova o Código de Ética e de Conduta do Município de Oeiras;
- **Lei n.º 35/2014, de 20 de junho**, que aprova da Lei do trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;
- **Lei n.º 75/2013, de 12 setembro**, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual;
- **Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro**, que estabelece o Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual;

A legislação aqui mencionada encontra-se disponível no site do Diário da República, em <https://dre.pt>.

A **prova de conhecimentos** na sua **área de conhecimentos específicos** é composta por 15 perguntas de escolha múltipla, com a cotação individual de 1 valor (num total de 15 valores).

## **Legislação e bibliografia específica:**

### **Legislação**

- **Decreto-Lei n.º 63/2019, de 16 de maio** – Regime Jurídico das Instituições de Investigação;
- **Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD);
- **Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto** – Regime de execução do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados;
- **Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro** – Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (na sua redação atual).
- **Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março** – Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (na sua redação atual)
- **Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto** – Regime de acesso à informação administrativa e ambiental;

### **Bibliografia**

ALBERTS, Bruce et al. – Molecular Biology of the Cell. New York: W. W. Norton & Co., 2022. ISBN 978-0-393-88485-2.

ENDERLE, John D.; BLANCHARD, Susan M.; BRONZINO, Joseph D. – Introduction to biomedical engineering. San Diego: Academic Press, 2000. ISBN 978-0-12-238662-6.

HALL, John E.; HALL, Michael E. – Guyton and Hall Textbook of Medical Physiology. Philadelphia: Elsevier, 2020. ISBN 978-0-323-59712-8.

HERMAN, Irving P. - Physics of the human body. Cham: Springer International Publishing, 2016. ISBN 978-3-319-23930-9.

KOOLMAN, Jan; ROEHM, Klaus Heinrich - Color Atlas of Biochemistry. 2ª ed. Leipzig: Thieme Publishing Group, 2004. ISBN 978-3-13-100372-0.

MAIER, Andreas - Medical imaging systems. Cham: Springer, 2018. ISBN 978-3-319-96587-1.

SAIAGO, Carlos; PERDIGÃO, Cecília; CABRAL, Isabel – Álgebra Linear. 7ª ed. Lisboa: Escolar Editora, 2024. ISBN 978-972-592-626-0.

WAGNER, William R. et al., ed. – Biomaterials science: an introduction to materials in medicine. 4ª ed. Amsterdam: Elsevier, 2020. ISBN 978-0-12-816137-1.

Durante a realização da prova de conhecimentos é interdita a utilização de telemóveis, computadores portáteis, tablets ou quaisquer outros aparelhos eletrónicos ou computadorizados, e aparelhos de vídeo ou áudio, bem como de outros sistemas de comunicação móvel, sob pena de anulação da mesma.

A prova de conhecimentos terá a **duração máxima de 60 minutos**, podendo ser alargada, até 90 minutos, para os candidatos com incapacidade comprovada que solicitarem condições especiais para a sua realização.

**2.2. A Entrevista de Avaliação de Competências** visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Este método será aplicado por técnicos especializados, tendo por base um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido para a função, tendo em conta o Modelo de Gestão de Competências do Município de Oeiras e a Portaria n.º 236/2024/1, de 27 de setembro, na sua redação atual.

Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples dos seguintes aspetos:

- Análise crítica e resolução de problemas – Recolher, interpretar e compreender informação relacionada com a atividade, estabelecer relações e tirar conclusões lógicas a partir de factos e dados objetivos, antecipar e sinalizar problemas, utilizar processos técnico-científicos na abordagem aos problemas, e recorrer a diferentes fontes para encontrar soluções em tempo útil;

- Orientação para a colaboração – Estabelecer relações efetivas com os seus interlocutores, contribuir para uma rede relacional colaborativa e promover um clima de bem-estar para alcançar objetivos comuns;
- Iniciativa - Agir proativamente no sentido de alcançar os objetivos, intervir com autonomia em contextos críticos, realizar atividades mesmo que fora do âmbito da sua intervenção com o propósito de facilitar a resolução de problemas, procurar soluções mesmo que não tenha sido solicitado/a fazê-lo, atuar com prontidão perante as solicitações da organização.
- Comunicação - Transmitir informação com clareza, utilizando todas as vias de suporte disponíveis para o efeito, e adaptar a forma e o conteúdo à audiência, assegurando que a mensagem é bem recebida e corretamente interpretada.
- Orientação para resultados - Focar a ação em objetivos que acrescentam valor para a sociedade e para o cidadão, otimizando a utilização dos recursos, garantindo elevados padrões de qualidade e, no seu todo, a sustentabilidade da atividade da Administração Pública.

### **2.3. Candidatos nas condições previstas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP**

Aos candidatos que reúnam as condições previstas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, caso não tenham exercido a opção pelos métodos referidos no ponto 2.1., nos termos do n.º 3 do referido artigo, são aplicados os seguintes métodos de seleção:

#### **Obrigatório:**

Avaliação Curricular: ponderação de 70%.

#### **Facultativo:**

Entrevista de Avaliação de Competências: ponderação de 30%.

**2.3.1. A Avaliação Curricular** visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho. Será expressa numa

escala de 0 a 20 valores, com valoração até as centésimas, sendo a classificação obtida através de média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

A valoração da **Avaliação Curricular** resultará da ponderação dos seguintes fatores:

- a) **Habilitação Académica:** devidamente certificada pelas entidades competentes;
- b) **Formação Profissional:** considerando-se as ações de formação e aperfeiçoamento profissional, de aquisição de competências ou de especialização, bem como de formação informativa que estejam relacionadas com o exercício de funções correspondentes ao posto de trabalho a ocupar, e tenham sido frequentadas nos últimos cinco anos contados até à data-limite para apresentação das candidaturas, e desde que devidamente comprovadas por entidades certificadas;
- c) **Experiência Profissional:** com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas;
- d) **Avaliação de Desempenho:** relativa aos três últimos ciclos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas à do posto de trabalho a ocupar.

Para a valoração da **Avaliação Curricular** o Júri adotará a seguinte fórmula:

$$AC = (HA + FP + 2EP + AD) / 5$$

Em que:

**AC** = Avaliação Curricular;

**HA** = Habilitação Académica;

**FP** = Formação Profissional;

**EP** = Experiência Profissional;

**AD** = Avaliação de Desempenho.

**2.3.1.1.** Para a valoração das **Habilitações Académicas**, o Júri deliberou adotar os seguintes critérios:

- a) Habilitação académica de grau exigido para o posto de trabalho (Licenciatura) – **18 valores**;
- b) Habilitação académica de grau superior ao exigido para o posto de trabalho - **20 valores**.

**2.3.1.2.** Para a valoração da **Formação Profissional**, o Júri deliberou considerar as ações de formação, congressos, conferências, colóquios, seminários e workshops frequentados, como referido na alínea b) do ponto **2.3.1**, nos últimos cinco anos e até à data-limite para apresentação das candidaturas, e desde que devidamente comprovadas por entidades certificadas.

As ações de formação profissional terão a seguinte correspondência na escala de 0 a 20 valores:

- a) Igual ou superior a 120 horas de formação.....20 valores;
- b) Igual ou superior a 90 horas e inferior a 120 horas de formação.....16 valores;
- c) Igual ou superior a 30 hora e inferior a 90 horas de formação.....12 valores;
- d) Igual ou superior a 1 hora e inferior a 30 horas de formação.....8 valores;
- e) Sem participação em cursos ou ações de formação.....4 valores.

As ações cuja duração não se encontre expressa em horas, serão valoradas do seguinte modo:

- Um dia – 6 horas;
- Uma semana – 30 horas;
- Um mês – 120 horas.

**2.3.1.3.** Para a valoração da **Experiência Profissional**, o Júri deliberou valorizar o exercício efetivo de funções nas áreas para as quais é aberto o presente procedimento, devidamente

comprovado e detalhado, tendo por base a análise do *Curriculum vitae* e das declarações emitidas pelas entidades onde o candidato exerceu funções, a pontuar de acordo com a aplicação do seguinte critério:

- a) Experiência > 10 anos.....20 valores;
- b) Experiência > 5 anos e ≤ 10 anos.....16 valores;
- c) Experiência > 2 anos e ≤ 5 anos.....14 valores;
- d) Experiência > 1 ano e ≤ 2 anos.....12 valores;
- e) Experiência ≤ 1 ano .....8 valores.

**2.3.1.4.** Quanto à **Avaliação de Desempenho, cujo regime é aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual**, o Júri deliberou, por unanimidade, que a avaliação de desempenho se reporta ao período, não superior a três ciclos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, sendo que de acordo com as menções previstas para o Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública, o fator AD (avaliação de desempenho) é valorado da seguinte forma:

- Excelente: 20 valores;
- Relevante/Muito Bom: 16 valores;
- Bom: 14 valores
- Adequado/Regular: 12 valores;
- Inadequado: 8 valores.

O Júri deliberou atribuir a pontuação de 12 valores aos candidatos que, por razões que não lhe sejam imputáveis, não possuam avaliação de desempenho relativa ao período a considerar. Para o efeito, o candidato deverá apresentar documento comprovativo desse facto, emitido pelo serviço respetivo.

Na valoração da **Avaliação de Desempenho (AD)**, o Júri adotará a seguinte fórmula:

**AD = soma da valoração dos três últimos ciclos de avaliação/3**

**2.3.2. A Entrevista de Avaliação de Competências** - Nos termos do mencionado no ponto 2.2.

**2.4.** Considerando a opção pela utilização faseada dos métodos de seleção, aposta na Informação N.º INT-CMO/2026/5382, por despacho, proferido pelo Sr. Vereador com o Pelouro dos Recursos Humanos, a 10 de março de 2026, bem como a urgência do procedimento concursal, o Júri delibera, desde já, que caso o número de candidatos aprovados após a aplicação do 1.º método de seleção (**Prova de Conhecimentos/Avaliação Curricular**) seja superior a 5 (cinco), fasear a utilização dos métodos de seleção, nos termos estabelecidos no artigo 19.º da Portaria.

Neste caso, o método de seleção seguinte (**Entrevista de Avaliação de Competências**) apenas será aplicado a uma parte dos candidatos aprovados na Prova de Conhecimentos/Avaliação Curricular (1.ª tranche), que serão convocados por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional. O procedimento concursal prossegue com esta tranche de candidatos e culmina na respetiva lista unitária de ordenação final, que se manterá válida por 18 meses a contar da data da sua homologação.

Os demais candidatos aprovados na Prova de Conhecimentos/Avaliação Curricular, mas que, pela nota obtida e opção pela utilização faseada dos métodos de seleção, não integrem a 1.ª tranche, se caso disso, ficarão dispensados da aplicação do 2.º método, considerando-se excluídos até ao esgotamento da lista unitária de ordenação final resultante da 1.ª tranche. Se e quando assim for, o júri do procedimento é de novo chamado às suas funções e procederá à aplicação do método à tranche seguinte de candidatos, que serão notificados para o efeito.

Os métodos de seleção a aplicar, obedecem ao disposto nos n.ºs 1 a 4 do artigo 36.º da LTFP.

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Portaria, cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportem, é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,50 valores num dos métodos ou fases, não se lhe aplicando o método ou fase seguintes.

A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do procedimento concursal, considerando-se automaticamente excluídos.

Os candidatos que compareçam com atraso de 15 minutos, relativamente à hora referida na respetiva convocatória, não poderão realizar esse método de seleção, considerando-se automaticamente excluídos.

**2.5. A Valoração Final (VF)** será expressa pela média ponderada das classificações dos diversos métodos de seleção, numa escala de 0 a 20 valores, efetuada de acordo com a seguinte expressão:

$$VF = PC \text{ ou } AC (70 \%) + EAC (30\%)$$

**Em que:**

**VF** = Valoração Final;

**PC** = Prova de Conhecimentos;

**AC** = Avaliação Curricular;

**EAC** = Entrevista de Avaliação de Competências.

**3.** A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção, ou respetiva fase, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do empregador público e disponibilizada no seu sítio da internet.

**4.** Para efeitos de ordenação final dos candidatos que foram aprovados pela aplicação dos métodos de seleção, o Júri aplicará as fórmulas e critérios de valoração mencionados no ponto 2.

**5.** Em caso de **igualdade de valoração** entre candidatos, será critério de desempate o disposto no artigo 24.º da Portaria e no artigo 66.º da LTFP.

Prevalecendo a situação de empate, **aplicar-se-ão os seguintes fatores de desempate:**

**a) Candidatos nas condições previstas no n.º 1 do artigo 36.º LTFP:**

Nota quantitativa obtida na Prova de Conhecimentos, nas perguntas referentes a conhecimentos específicos;

**b) Candidatos nas condições previstas no n.º 2 do artigo 36.º LTFP:**

Nota quantitativa obtida na Avaliação Curricular no parâmetro “*Experiência Profissional*”.

Em situações de igualdade de classificação final, e sem prejuízo do previsto no n.º 2 do citado artigo 24.º da Portaria, são observados, ainda, os seguintes critérios, por ordem decrescente:

- a) Maior grau de habilitação;
- b) Primazia na submissão da candidatura – data e hora – contadas desde a última alteração à candidatura.

**6.** Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, a quota a preencher por candidatos com deficiência, cujo grau de incapacidade for igual ou superior a 60%, será fixada de acordo com os postos de trabalho que vierem a ser ocupados.

O candidato deve declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do supramencionado diploma.

**7.** Em conformidade com o preceituado no n.º 4 do artigo 16.º da Portaria, os candidatos serão notificados para a realização da audiência prévia, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, devendo para o efeito preencher o formulário-tipo, de utilização obrigatória, disponível na página eletrónica <https://www.oeiras.pt/documentos-legislacao>.

**8.** A candidatura poderá ser apresentada diretamente no Portal Institucional através do link <https://www.oeiras.pt/-/fs-procedimentos-concursais> (menu/serviços/recrutamento/procedimentos concursais) acompanhada, sob pena de exclusão, de:

- *Curriculum vitae* (modelo disponível em <https://www.oeiras.pt/documentos-legislacao>);
- Fotocópia do certificado de habilitações (os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão apresentar, em

simultâneo, documento comprovativo das suas habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável);

- Comprovativo de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;
- Comprovativo de título profissional válido para o exercício da profissão de Engenheiro, nomeadamente a inscrição na respetiva Ordem Profissional (Ordem dos Engenheiros e Ordem dos Engenheiros Técnicos).

Os candidatos nas condições previstas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP deverão ainda entregar comprovativo das ações de formação frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho, assim como declaração emitida pelo serviço.

**8.1.** Quanto à declaração emitida pelo serviço mencionada no final do ponto anterior, devidamente autenticada e atualizada, deverá constar da mesma, para além do descritivo de atividades que o trabalhador/candidato se encontra a exercer, a indicação do serviço a que o candidato pertence, a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, a antiguidade na carreira e no exercício de funções e a avaliação de desempenho (quantitativa e qualitativa) obtida nos últimos 3 ciclos de avaliação ou a declaração de inexistência, bem como a indicação da posição remuneratória de que seja detentor.

**8.2.** A apresentação de documento falso determina a participação às entidades competentes para efeitos de procedimento disciplinar e/ou penal.

**9.** Mais deliberou o Júri, por unanimidade, que, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 15.º da Portaria, a falta de entrega de qualquer um dos documentos obrigatórios que devem acompanhar a candidatura determinará a exclusão do procedimento concursal.

**10.** Tal como referido no ponto 8 da presente Ata, a candidatura deverá ser apresentada diretamente no Portal Institucional através de autenticação com cartão de cidadão ou chave móvel digital, ou ainda entregue pessoalmente no Balcão de Atendimento dos Paços do Concelho, do Município de Oeiras, nos dias úteis, entre as 09h00 e as 17h30.

**10.1.** Não se admitem candidaturas apresentadas por outra via que não de acordo com o aqui previsto, sob pena de não ser considerada.

**11.** Na tramitação do presente procedimento concursal, serão cumpridas as disposições constantes do RGPD - Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, relativamente ao tratamento de dados.

Nada mais havendo a tratar nem para constar, o Júri deu por encerrada a presente deliberação, pelas quinze horas e quarenta minutos, da qual elaborou a presente ata que vai ser assinada pelos seus elementos.

**PRESIDENTE**

**1.º VOGAL EFETIVO**

**2.º VOGAL EFETIVO**